

**UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO – UGP**  
**PROJETO PIPIRIPAU – PRODUTOR DE ÁGUA**  
**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Data: 21 de novembro de 2018**

**Local: Auditório da Adasa**

**PARTICIPANTES:**

ADASA – Alba Evangelista  
ADASA – José Bento  
ADASA – Kelly Silva  
ADASA – Louise Amand  
ADASA – Marcela Palma  
ADASA – Valquíria Peres  
ADASA – Walter Santos  
ADASA – Wendel Lopes  
ANA – Raylton Alves Batista  
ANA – Rossini F. Matos  
CAESB – Daniela Coelho  
CAESB – Fábio Bakker  
CAESB – Pedro Junior  
EMATER – Priscilla Regina da Silva  
EMATER – Sumar  
FBB – Paulo Neil  
FBB – Kelly Tatiane Martins  
IBRAM – Heloisa Carvalho  
IBRAM – Juliana de Castro  
IBRAM – Marina L. Ribeiro  
PEDE PLANTA – Filipy Andrade  
SEAGRI – Mac Souto  
TNC – Lícia Azevedo  
TNC – Maria Tereza  
UNB – Henrique Chaves  
UNB – Ricardo de O. Gaspar  
WWF – Abílio Vinícius

**• PAUTA:**

- 1. Aprovação da ata da Reunião Ordinária realizada em 22/08/2018;**
- 2. Relato pela Coordenação Geral da UGP Pípiripau sobre as atividades desenvolvidas desde Agosto de 2018;**
- 3. Andamento do Aditivo do ACT;**
- 4. Avaliação do projeto pelos produtores;**
- 5. Respostas aos produtores;**
- 6. Relato dos coordenadores de cada GT;**
- 7. Relato das Comissões de Vistoria;**
- 8. Assuntos Gerais.**

**DESENVOLVIMENTO:**

51 O Wendel – ADASA iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e apresentando os itens  
52 da pauta.

53 Item “1” – Aprovada por unanimidade a ATA da Reunião Ordinária realizada em 22/08/2018, esta  
54 foi passada para assinatura e realizada a apresentação da pauta.

55 Item “2” – Foram listadas pela Coordenação Geral da UGP Pípiripau as atividades desenvolvidas  
56 desde agosto de 2018, sendo: Treinamento de combate a incêndios florestais, sendo uma das  
57 demandas/ reclamações apresentada pelos produtores durante a ação de avaliação do Projeto. O  
58 treinamento foi organizado pelo GT 6 – Educação Ambiental e contou com 16 participantes;  
59 Cerrado do Fórum, o preparo da área foi executado pela Seagri, a ação do plantio e sementeira será  
60 realizada no dia 28 de novembro de 2018; Aditivo do ACT; Reuniões com os GT2, GT3 e GT6;  
61 Assinatura de oito novos contratos; Apostilamento dos contratos feitos em 2017; Transporte de  
62 mudas conduzido pela Emater para o Projeto Produtor de Água Mirim.

63 Item “3” – Quanto ao aditivo do ACT do Pípiripau, o Wendel – ADASA citou os parceiros que  
64 ainda faltam assinar, sendo eles: Caesb, UnB, TNC e BB. O Henrique – UNB informou que a  
65 procuradoria da sua instituição só irá apreciar e assinar após os demais parceiros terem assinado.  
66 Quanto ao BB, o Wendel – ADASA informou que houve inconsistência no nome do representante e  
67 os encaminhamentos já foram feitos. A CAESB aprovou o ACT e aguarda apenas a assinatura,  
68 assim como a TNC que está à espera do envio do documento pelo correio para assinatura do diretor.  
69 O Pedro – CAESB informou que o presidente do órgão sugeriu assinar após todos os parceiros  
70 assinarem, porém o mesmo sugeriu uma conversa entre presidentes da ADASA e CAESB para  
71 agilizar a assinatura.

72 Itens “4 e 5” – Serão abordados posteriormente.

73 Item “6” - Relato dos coordenadores de cada GT;

74 GT 1 – (Conservação de Solo) – Rossini – ANA informou que o convênio com a Seagri vigente  
75 desde 2011 estava quase sendo encerrado o qual no início houve muita dificuldade para executar  
76 devido a inadimplência do GDF, após dois anos conseguiram executar e as ações foram bem  
77 conduzidas. A contrapartida da Seagri ainda não foi totalmente executada, pois no recurso não tinha  
78 a previsão de readequação das lombadas, com isso ficou acordado com o José Voltaire – Seagri que  
79 serão recuperadas duas lombadas com o recurso de uma. No convênio com a Emater assinado a dois  
80 anos foi repassado a primeira parcela do recurso e parte das ações já foram executadas como  
81 cercamento, manutenção, o livro, entre outros. Foi ressaltado que essa semana a segunda parte do  
82 recurso já havia sido repassada para Emater. Com esse segundo repasse do convênio está previsto a  
83 criação de um vídeo bilíngue, plantios por meio de muvuca de sementes e demais ações previstas no  
84 plano de trabalho. Outro informe repassado pelo Rossini - ANA foi à contratação de consultoria  
85 para quatro cursos sobre o Programa Produtor de Água a serem realizados nos meses de março e  
86 abril de 2019, em Brasília, Sete Lagoas – MG, Canindé do São Francisco e no interior de São Paulo.  
87 O curso de São Paulo será para operadores de máquinas. Os demais cursos serão para parceiros do  
88 Programa Produtor de Água no Brasil. No Nordeste ainda não há uma metodologia sedimentada,  
89 principalmente em valoração do Pagamento do Serviço Ambiental no semiárido.

90 GT 2 – (Reflorestamento) – A Lícia – TNC relatou que houve a reunião desse GT. A Kelly e  
91 Valquiria elaboraram uma planilha com as propriedades que receberam o plantio de mudas pelo  
92 Projeto, com descrição do ano, quantidade e empresa executora. A Marina – IBRAM sugeriu que  
93 colocasse o número das glebas. Em síntese a planilha apresenta o total de aproximadamente 322 mil  
94 mudas plantadas. A Lícia – TNC ressaltou que na consolidação dos dados para a planilha foi  
95 informado apenas a quantidade de mudas plantas, não sendo explicitada a área com a poligonal e

96 gleba do plantio. O Wendel – ADASA destacou que na reunião do GT 2 uma das dificuldades  
97 estava sendo a definição das áreas para receber os plantios, vistos que o Pede Planta destinou 10 mil  
98 mudas ao Projeto, sendo mil e quinhentas mudas para o plantio pedagógico – Projeto Produtor de  
99 Água Mirim e o restante estão sendo distribuídas conforme demanda pelos produtores, pois estas  
100 necessitam que os produtores executem o plantio (serviço e mão de obra). A Heloisa – IBRAM  
101 informou que as áreas para receber o plantio por meio de compensação ambiental pelo IBRAM  
102 serão definidas no próximo ano, pois necessitam de um tratamento diferenciado decorrente da  
103 metodologia que o IBRAM utiliza para monitoramento.

104 GT 3 – (Pagamento por Serviço Ambiental) – O Wendel – ADASA informou que teve uma  
105 atividade de força tarefa para realização das vistorias que estavam atrasadas. Com isso foi  
106 ressaltado que esta aguardando 49 relatórios de vistorias para liberação do PSA, devendo ser  
107 entregues até dia 05 de dezembro. O Wendel – ADASA mencionou que um assunto urgente a ser  
108 discutido é a necessidade da criação da terceira comissão. O Ricardo – UNB ressaltou que mesmo  
109 com a criação da terceira comissão não será possível atender a toda demanda, com isso as  
110 comissões ainda ficarão sobrecarregadas e que é necessário rediscutir uma nova metodologia para  
111 vistorias. O Fábio – CAESB informou que ainda não foi renovado o contrato de repasse dos  
112 recursos para o PSA, devido a duas exigências, sendo o reconhecimento na tarifa pela ADASA e  
113 uma medida de controle para resultados imediatos é a instalação de hidrômetros nas propriedades  
114 conforme o instrumento de outorga exige pela ADASA. Ressaltou ainda que para a CAESB o  
115 recurso está assegurado até 2020 e que a instituição tem o compromisso com esse repasse. A  
116 Priscilla – EMATER esclareceu que até fevereiro do próximo ano ainda não poderá ser cobrado  
117 esse instrumento de medição como obrigatório. O José Bento – ADASA recordou que embora  
118 concorde com as exigências, o presidente da CAESB havia afirmado que repassaria o recurso sem  
119 as exigências impostas. O Fábio – CAESB informou que a CAESB irá instalar hidrômetros nos  
120 cinco maiores produtores/principais usuários da bacia do Ribeirão Pípiripau. A Lícia – TNC alertou  
121 sobre a preocupação de dar continuidade a elaboração de novos PIPs, visto que o recurso disponível  
122 já está totalmente empenhado. O José Bento – ADASA mencionou que há sete novos PIPs  
123 aguardando contratação e que não vê motivos para interrupção na elaboração de novos PIPs, mas  
124 que a administração financeira da ADASA alertou que para contratação é necessário que haja  
125 recurso disponível. No entanto, há dificuldade na celebração de um novo contrato com a CAESB,  
126 visto que há um contrato vigente até 2020. O Wendel – ADASA levantou questionamento sobre a  
127 definição do valor máximo a ser recebido de PSA por produtor. O José Bento – ADASA esclareceu  
128 que o Projeto vislumbra o PSA independente de ser pequena ou grande propriedade. O Rossini –  
129 ANA esclareceu que no manual do Projeto não existe limitação para tamanho de área que a  
130 filosofia do Projeto é a compra do serviço ambiental prestado e propôs em outro momento pauta  
131 sobre o assunto para argumentação do questionamento. O Wendel – ADASA sugeriu uma reunião  
132 extraordinária para tratar do assunto e o Vinícius – WWF acrescentou que na ocasião também  
133 poderiam rediscutir a inserção do Assentamento Oziel Alves III no Projeto como ponto de pauta  
134 articulando a participação do INCRA na UGP.

135 GT 4 – (Canal Santos Dumont) – O Fábio – CAESB destacou que o revestimento do canal foi  
136 muito almejado. O canal foi segmentado em três partes para realização das obras, a primeira parte  
137 denominada ramais está em execução. Os tubos e conexões estão à disposição dos produtores estes  
138 com o apoio da Seagri e Emater estão fazendo a implantação. O ramal principal foi dividido em  
139 duas partes e esse trecho será todo tubulado com o recurso da tarifa de contingência e a CAESB  
140 comprando o material. Pela governadoria existe o recurso disponível para execução dessa obra. A

141 primeira parte do canal continua com estratégia a ser definida, provavelmente essa parte irá passar  
142 por manutenção.

143 GT 5 – (Monitoramento) – O Henrique – UNB apresentou quem são os membros participante do  
144 GT e solicitou a nomeação dos representantes das instituições que estão faltando (WWF, Embrapa e  
145 Caesb). Foi apresentada a situação do monitoramento hidrossedimentar a jusante da bacia, estação  
146 Frinocap dos últimos doze meses. A precipitação total foi de 1118 mm e precipitação máxima de 45  
147 mm em uma hora. As vazões médias foram de 1,08 m<sup>3</sup>/s e a vazão mínima observada foram de 0,19  
148 m<sup>3</sup>/s. Quanto à vazão mínima observada, o Henrique – UNB alertou que segundo a Instrução  
149 Normativa 203/06 da ADASA nesse mesmo ponto de controle deveria manter uma vazão mínima  
150 0,375 m<sup>3</sup>/s, ou seja, o dobro das medições atuais. A reconstituição das vazões naturais é importante  
151 para o estabelecimento de linha de base para o Projeto, pois aponta as vazões sem a retirada pelos  
152 produtores. O Fábio – CAESB esclareceu que as principais retiradas não é a do Canal Santos  
153 Dumont e CAESB, pois a captação total dos produtores da bacia é maior que a do Canal Santos  
154 Dumont e CAESB. A maior captação nominal é Santos Dumont e CAESB e os maiores usuários  
155 são todos os produtores juntos. Os dados obtidos de vazão sólida foram de 94,0 t/ano de sedimentos  
156 suspensos e enfatizou a necessidade de definir a partir de quando será analisada a redução de  
157 erosão. Foram apresentadas as resoluções da última reunião do GT e os encaminhamentos foram  
158 que o IBRAM ficará responsável pela análise dos dados pluviométricos dos postos na área de  
159 influência da bacia, com a condição de que as entidades responsáveis pela coleta dos dados os  
160 repassem oportunamente; A TNC e a Adasa ficam responsáveis pela análise dos dados  
161 fluviométricos dos postos na área de influência da bacia, com a condição de que as entidades  
162 responsáveis pela coleta dos dados os repassem oportunamente, inclusive os dados de vazões  
163 captadas (ETA Pipiripau e Canal S.Dumont); A UNB fica responsável pela análise dos dados  
164 sedimentológicos dos postos na área de influência da bacia, com a condição de que as entidades  
165 responsáveis pela coleta dos dados fluviométricos e de qualidade da água (SST e turbidez) os  
166 repassem oportunamente; Como a Adasa faz trimestralmente análise da qualidade da água na  
167 estação Frinocap (parâmetros do IQA) desde 2011, esses dados serão repassados aos parceiros do  
168 Projeto; Foi consenso entre os presentes que 2011 é o ano de linha de base do PPA-Pipiripau, pelo  
169 fato do programa ter iniciado neste ano; O IBRAM informou que terá em breve um fornecimento de  
170 imagens temporais do DF nos próximos 3 anos, com resolução sub-3 m, o que facilitará a  
171 preparação de mapas de uso multitemporais da bacia; A ADASA verificará se amostras de  
172 pesticidas vem sendo coletadas e analisadas na bacia, e informará ao Grupo; Ficou decidido que os  
173 parceiros ausentes à reunião de 12 de setembro de 2017 adeririam a uma ou mais das três linhas de  
174 monitoramento (Plu, Flu, e Qsol) de acordo com seu interesse/disponibilidade. O Henrique – UNB  
175 apresentou brevemente sobre os dados de dissertação da Lícia – TNC tendo como objeto de estudo  
176 a bacia em três cenários de conservação, por meio da utilização do modelo InVEST.

177 GT 6 - (Educação Ambiental) – O Wendel – ADASA citou algumas das ações que ocorreram como  
178 o treinamento de combate a incêndios florestais e o Projeto Produtor de Água Mirim. O Filipy –  
179 PEDE PLANTA informou que receberam a doação de 10 mil mudas, sendo 1.500 mudas destinadas  
180 ao plantio pedagógico, foi realizado em 15 ações, com transporte para os alunos fornecido pelo  
181 DER e ADASA, o transporte das mudas viabilizado pela EMATER, patrocínio de lanche para os  
182 alunos e preparo do solo realizado pelos produtores. A Louise – ADASA convidou todos os  
183 parceiros a participarem da ação e informou que as escolas selecionadas são públicas e privadas. O  
184 Vinícius – WWF comentou que os produtores sentem-se mais felizes e engajados com as áreas que  
185 foram plantadas pelas crianças. O Filipy- PEDE PLANTA apresentou o banner utilizado nas ações,

186 com a logo do Projeto, dos parceiros e dos patrocinadores. O Wendel – ADASA apontou uma  
187 demanda solicitada pelo GT 3 para esse GT de educação ambiental em casos de observar  
188 irregularidades nas propriedades propõem-se uma visitação ao produtor para orientá-lo. O Filipy –  
189 PEDE PLANTA informou que está incentivando o GT de Educação Ambiental a criar um plano de  
190 trabalho 2018/2021 para delineamento das ações, o que irá proporcionar maior interatividade com  
191 os outros GTs.

192 GT 7 - (Comunicação) – O Raylton – ANA informou sobre a reestruturação do GT que ocorreu  
193 durante esse ano. O newsletter eletrônico mensal com foco no público interno do Projeto vai ser  
194 retomado no mês de dezembro. Houve uma capacitação para atualização do site o qual será  
195 reestruturado para veicular as ações que ocorrem no Projeto. O Rossini – ANA ressaltou que a  
196 tubulação do Canal Santos Dumont é um acontecimento importante e de grande impacto para  
197 sociedade, sugeriu que este fato fosse noticiado. A Kelly – FBB comunicou que no dia 28 dará  
198 publicidade a ação do Cerrado do Fórum. A Lícia – TNC sugeriu a inserção de alguns documentos  
199 no site, como o relatório de avaliação do Projeto com os parceiros, o relatório de avaliação pelos  
200 produtores, as atas de reuniões, entre outros. O Rossini – ANA mencionou o trabalho do professor  
201 Antônio da UnB que contem a avaliação do Projeto, foi dividido em seis produtos, sendo que o último  
202 já está sendo concluído. O Filipy – PEDE PLANTA sugeriu a criação de uma conta no instagram. O  
203 Raylton – ANA ressaltou que para a criação de uma mídia social um dos pontos importantes é saber  
204 quem ficará responsável pela manutenção e alimentação da página constantemente para que o  
205 público não perca o interesse.

206 Itens “4 e 5” Avaliação do projeto pelos produtores e respostas aos produtores;

207 O Wendel – ADASA sintetizou sobre a avaliação do Projeto pelos produtores e os assuntos  
208 abordados foram: o plantio de mudas (plantio realizado fora de época, espécies não adequadas ao  
209 local, alta mortalidade); criação de um viveiro na região; maior presença dos parceiros do Projeto  
210 nas propriedades e não apenas visitas anuais nas vistorias; educação ambiental mais próxima dos  
211 produtores; problemas decorrentes do lixo (queimadas), metodologias que gerem renda ao produtor  
212 (agroecologia); envolvimento de outras instituições públicas no programa como a Terracap e SLU;  
213 presença da polícia ambiental e fiscalização/punição quando necessário; valor do PSA não cobre os  
214 custos para os produtores que realmente investem na área; e como elogio das ações do Projeto teve-  
215 se as estradas. O Rossini – ANA afirmou que não apreciou a metodologia/estratégia utilizada para  
216 avaliação do Projeto pelos produtores. O Wendel – ADASA informou que a data inicial sugerida no  
217 dia da reunião de avaliação do Projeto para apresentar uma devolutiva/resposta aos questionamentos  
218 levantados pelos produtores foi à primeira quinzena de dezembro, portanto, essa data precisa ser  
219 confirmada de acordo com a disponibilidade dos parceiros. O Sumar – Emater sugeriu que o evento  
220 fosse realizado no mês de março e o local pré-definido a chácara 77 do Núcleo Rural Taquara. O  
221 Bento – ADASA mencionou que a ocasião é ideal para assinatura de novos contratos. O Sumar –  
222 Emater destacou que identificou novas áreas na Estância do Pipiripau II aptas a adesão no Projeto.

223 Item “7” Relato das Comissões de Vistoria;

224 O Wendel – ADASA comunicou sobre a urgência da criação da terceira comissão de vistoria. O  
225 Mac – Seagri explicou que a equipe técnica da Seagri que vai a campo é extremamente reduzida e  
226 não é possível a nomeação de um representante para a comissão de vistoria. O Sumar – Emater  
227 expos que a Emater tem condições de fornecer apoio à criação da nova comissão de vistoria. A  
228 Juliana – IBRAM concordou com a participação da EMATER na nova comissão de vistoria, porém  
229 destacou que deve haver isonomia entre os membros das comissões quanto às informações que as  
230 comissões têm disponíveis, principalmente em relação aos shapes. O Bento – ADASA reforçou

231 sobre a necessidade de criar novos métodos para a vistoria, sendo uma das opções ser por  
232 amostragem. Outro questionamento levantado pelas comissões de vistoria é sobre o que fazer  
233 quando a comissão encontrar desmatamento ou quaisquer irregularidades durante a vistoria nas  
234 propriedades rurais. A Juliana – IBRAM expôs que em casos dessas ocorrências o órgão ambiental  
235 precisa de apoio do Projeto para proporcionar a regularização ambiental dentro dos imóveis rurais.  
236 O Sumar – Emater ponderou que uma vez identificada à irregularidade, cabe ao Projeto orientá-lo e  
237 juntamente com o produtor buscar soluções para a readequação ambiental, caso o produtor tenha  
238 interesse o Projeto pode auxiliar no aporte de recursos para restauração ambiental. O Ricardo –  
239 UNB discordou quanto ao recebimento de recursos/benefícios do Projeto para esses produtores  
240 exceto o auxílio técnico. O Ricardo – UNB discorreu que o intuito de levar a pauta para a UGP é  
241 para a definição de procedimentos padrão a serem tomados para resolução desses problemas. O  
242 Bento – ADASA enfatizou que em situações com produtores formadores de opinião deve-se  
243 abordar o assunto com maior proximidade para que haja a mudança de consciência a ser realizado  
244 pelo GT de Educação Ambiental. A Alba – ADASA relatou que conforme a sua experiência no  
245 Projeto a Emater e o IBRAM não devem compor as comissões de vistoria. A Heloisa - IBRAM  
246 destacou que enquanto comissão de vistoria é preciso definir o procedimento aprovado na UGP em  
247 relação ao que fazer quando deparar-se com irregularidades, levando em consideração o perfil do  
248 produtor. O Wendel – ADASA propôs uma reunião extraordinária para abordar os critérios para o  
249 PSA, a composição/metodologia das comissões de vistorias e procedimentos a serem adotados em  
250 caso de irregularidades. A Priscilla – Emater expôs que está sendo finalizado o termo de  
251 confiabilidade para repasse dos shapes, que ficará sob responsabilidade da ADASA e será cedido  
252 até o final do ano.

253 Item “8” – Assuntos Gerais;

254 A Erica – ADASA comunicou que a superintendência de recursos hídricos da ADASA está  
255 participando da primeira análise de impacto regulatório que é um projeto piloto e o Ribeirão  
256 Pipiripau será objeto de análise no dia 04 de dezembro em um Workshop organizado pela Casa  
257 Civil da Presidência da República e convidou a UGP para participação. O Wendel – ADASA  
258 apresentou a data das próximas reuniões sendo 20/02/2019, 22/05/2019, 21/08/2019 e 20/11/2019.  
259 A data da reunião extraordinária ficou pré-agendada para 06/02/2019 às 09 horas na ADASA. Foi  
260 proposta a elaboração de um relatório anual por GT com descrição/quantificação das ações  
261 desenvolvidas no Projeto no decorrer no ano. A Lícia – TNC enfatizou que as ações podem ser  
262 acompanhadas através do boletim interno mensal e ao final do ano cada GT compila todas as  
263 informações para o relatório.

264 Para constar, eu, Valquiria Peres da Silva, lavrei a presente ata para apreciação e aprovação.

265

266

267

  
**Valquiria Peres da Silva**  
**ADASA**